



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA  
POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL  
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PROJETO BÁSICO**

**1. DO OBJETO**

1.1. Aquisição de pistolas de uso individual, de porte e semiautomáticas Cal 9x19mm, discriminadas no quadro abaixo, sendo estas novas e de primeiro uso a fim de atender a necessidade da Polícia Rodoviária Federal, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Descrição	Elemento de despesa	Unidade	Quantidade
1	<ul style="list-style-type: none"> <li>GLOCK 17, Gen5 pistola semi-automática:</li> </ul> Unidade composta de: <ul style="list-style-type: none"> <li>1 GLOCK G17 (Cal. 9x19mm)</li> <li>2 carregadores com capacidade de 17 cartuchos</li> <li>2 carregadores extras capacidade de 17 cartuchos</li> <li>Mira Luminosa (GNS Trítio)</li> <li>Partes em Polímero na Cor Coyote</li> <li>1 municador rápido</li> <li>1 kit de limpeza composto de vareta e escova</li> <li>1 caixa plástica para o armazenamento e transporte</li> <li>1 manual de instruções em português</li> <li>Gravação no lado direito do ferrolho: Brasão da República e sigla PRF</li> </ul>	44.90.52.14	Unidade	3608
2	<ul style="list-style-type: none"> <li>GLOCK 26, Gen5 pistola semi-automática:</li> </ul> Unidade composta de: <ul style="list-style-type: none"> <li>1 GLOCK G26 (cal. 9mm)</li> <li>2 carregadores com capacidade de 10 cartuchos</li> <li>2 carregadores extras capacidade de 10 cartuchos</li> <li>Mira Luminosa (GNS Trítio)</li> <li>Partes em polímero na cor preta</li> <li>1 municador rápido</li> <li>1 kit de limpeza composto de vareta e escova</li> <li>1 caixa plástica para o armazenamento e transporte</li> <li>1 manual de instruções em português</li> <li>Gravação no lado direito do ferrolho: Brasão da República e sigla PRF</li> </ul>	44.90.52.14	Unidade	500
3	<ul style="list-style-type: none"> <li>GLOCK 17P, Gen5 pistola semi-automática:</li> </ul> Unidade composta de: <ul style="list-style-type: none"> <li>1 GLOCK 17P (Simulacro)</li> <li>2 carregadores com capacidade de 17 cartuchos</li> <li>Mira Luminosa (GNS Trítio)</li> <li>Partes em polímero na cor vermelha</li> <li>1 municador rápido</li> <li>1 kit de limpeza composto de vareta e escova</li> <li>1 caixa plástica para o armazenamento e transporte</li> <li>1 manual de instruções em português</li> <li>Gravação no lado direito do ferrolho: Brasão da República e sigla PRF</li> </ul>	44.90.52.14	Unidade	650

1.2. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados do(a) da assinatura do contrato prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

**2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Projeto Básico.

**3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Projeto Básico.

**4. FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

**4.1. Da Padronização do Armamento**

4.1.1. É importante ressaltar que a padronização é regra, eis que tratada como um princípio da Lei de Licitações (artigo 15, inciso I). No caso de armamentos, que são equipamentos altamente específicos e dos quais se exige (para proteger a vida do policial e de terceiros) alta performance, ainda mais necessária sua aplicação, vejamos:

"Art. 15. As compras, sempre que possível, deverão:

I - **atender ao princípio da padronização**, que imponha **compatibilidade de especificações técnicas e de desempenho**, observadas, quando for o caso, as **condições de manutenção, assistência técnica e garantia oferecidas**;" (Grifo Nosso)

4.1.2. Por esse motivo o Departamento de Polícia Rodoviária Federal padronizou, por meio da PORTARIA NORMATIVA PRF Nº 8, DE 23 DE OUTUBRO DE 2020 SEI! SEI! 28784249, o sistema de armas das pistolas calibre 9 x 19 mm, da fabricante Glock Ges.m.b.H., como armamento leve de porte no âmbito da Polícia Rodoviária Federal.

4.1.3. Nesse sentido vale citar a lição Marcal Justen Filho, em seu "Comentários a Lei de Licitações e Contratos Administrativos", 12ª edição:

"A padronização será promovida pela Administração como pressuposto de futuras contratações. Influirá sobre o conteúdo da atividade administrativa futura, inclusive a possibilidade de resultar em contratações diretas. É perfeitamente possível que a padronização conclua pela seleção de objeto que pode ser prestado por um único fornecedor, tornando-se inviável a competição. Nenhum vício ocorrerá nessa hipótese, desde que a padronização tenha sido conduzida de modo adequado, com observância das formalidades cabíveis e respeitados os princípios fundamentais"

4.1.4. Também nessa direção vale citar Decisão nº 1.196/2002, Plenário, do Tribunal de Contas a União:

"A indicação de marca na especificação de produtos de informática pode se aceitar frente ao princípio da padronização previsto no art. 15, inciso I, da Lei nº 8.666/1993, desde que a decisão administrativa que venha a identificar o produto pela marca seja circunstanciadamente motivada e demonstre se essa a opção, em termos técnicos e econômicos, mais vantajosos para a Administração." (Acórdão nº 2.376/2006, Plenário, Rel. Min. Marcos Vinícius Vilaga)

4.1.5. A presente situação caracteriza de forma expressa a inviabilidade de competição, tendo em vista que os equipamentos nas especificações pretendidas só podem ser fornecidos por empresa exclusiva, com base na redação do artigo 25, inciso I da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

## 5. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 150 (cento e cinquenta) dias, contadas a partir da data de assinatura do contrato, da emissão da Autorização Prévia e do Certificado Internacional de Importação por parte da DFPC (Exército Brasileiro) e da abertura do Crédito Documentário, o que ocorrer por último, em remessa única, no seguinte endereço Aeroporto Internacional Juscelino Kubitschek, em Brasília-DF, e somente se efetivará após ter sido examinado e julgado em perfeitas condições técnicas, levando-se em consideração nível de desempenho exigido para esse tipo de material, pelo grupo de trabalho responsável pela elaboração dos procedimentos preliminares para a instrução do processo de aquisição das armas, nos termos do inciso II, do art. 73, da Lei nº 8.666/93, conforme proposta apresentada.

5.2. Os bens serão recebidos provisoriamente na fábrica, anterior ao embarque para o Brasil, onde deverá ser aplicado Protocolo de Recebimento da PRF em anexo a este Projeto Básico. Devendo a contratada disponibilizar local e meios necessários para a aplicação do referido protocolo. Sendo o deslocamento e acomodação da comissão de recebimento custeado pela contratante.

5.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.4. Os bens serão recebidos definitivamente:

5.4.1. Em no máximo 20 (vinte) dias úteis contados a partir do recebimento dos armamentos no Aeroporto Internacional Juscelino Kubitschek, em Brasília-DF, após todo o desembaraço alfandegário e após a verificação da qualidade e da quantidade dos materiais e sua aceitação, mediante a emissão do Termo de Recebimento Definitivo assinado pelas partes.

5.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

## 6. OBRIGAÇÃO DA CONTRATANTE

6.1. São obrigações da Contratante:

6.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no contrato e seus anexos;

6.1.2. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no contrato e seus anexos;

6.1.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

6.1.4. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

6.1.5. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do contrato e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

6.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6.3. Solicitar a autorização prévia para importação/Certificado Internacional de Importação-CII junto a Divisão de Fiscalização de Produtos controlados do Exército Brasileiro.

6.4. Encaminhar o Certificado internacional de Importação à Contratada;

6.5. Confeccionar e Solicitar a Licença de importação (LI) no SISCOMEX ;

6.6. Arcar com todos os custos de armazenagem durante o processo de desembaraço alfandegário.

6.7. Fornecer o protocolo de testes a ser realizado no ato do recebimento provisório até a assinatura do contrato.

## 7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no contrato, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- 7.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Projeto Básico e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;
- 7.1.1.1. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada
- 7.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 7.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste instrumento, o objeto com avarias ou defeitos;
- 7.1.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 7.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;
- 7.1.6. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
- 7.1.7. Apresentar à contratante, declaração do fabricante dos produtos credenciados a proponente para a comercialização e procedimentos de assistência técnica e garantia.
- 7.1.8. Responsabilizar-se pelos danos causados a qualquer agente, que sejam provenientes de falha no funcionamento, redução em níveis de proteção ou segurança, de problemas funcionais apresentados em decorrência de alteração e/ou falha de projeto, de alteração da destinação ou finalidade dos armamentos que vise adaptar, reduzir custo, ou auferir lucro indevido, seja por culpa ou dolo, sujeitando-se às sanções legais vigentes.
- 7.1.9. Arcar com qualquer prejuízo causado à Administração ou terceiros por seus empregados durante a entrega dos armamentos, inclusive, quando realizada por transportadoras.
- 7.1.10. Aceitar quando for o caso, nas mesmas condições contratuais, e mediante Termo Aditivo, os acréscimos e supressões que se fizerem necessárias, no montante de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, de acordo com o Parágrafo Primeiro do art. 65 da Lei nº 8.666/93.
- 7.1.11. Executar fielmente o fornecimento, entregando os armamentos nas quantidades e especificações pactuadas, de acordo com as exigências constantes neste projeto básico.
- 7.1.12. Cumprir as orientações do contratante quanto à qualidade e desempenho dos armamentos fornecidos.
- 7.1.13. Comunicar o contratante de qualquer irregularidade ocorrida ou observada durante o fornecimento.
- 7.1.14. Acatar todas as exigências do contratante, sujeitando-se à sua ampla e irrestrita fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo as reclamações formuladas.
- 7.1.15. Repor, trocar, substituir, recolher, transportar para a origem/destino e vice-versa, no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias úteis, às suas exclusivas expensas, no total ou em parte, os armamentos em que se verificarem fornecidos com erros, fora do padrão exigido, defeituosos, incorretos, decorrentes do fornecimento prestado, incluindo os fatos advindos de seus terceirizados contratados, a contar do recebimento da comunicação expedida pela área competente da PRF.
- 7.1.16. Responsabilizar-se por todo auxílio necessário ao Despachante Aduaneiro ou Comissão designados pelo Ministério da Justiça, devidamente credenciado perante o Sistema de Comércio Exterior – SISCOMEX, para o efetivo desembaraço alfandegário junto aos órgãos aduaneiros e demais órgãos governamentais que possam estar envolvidos no processo de regularização de entrada do objeto desta contratação no país.
- 7.1.17. Disponibilizar todos os meios necessários para a aplicação de protocolo de recebimento próprio da PRF na fábrica de produção do armamento, referente ao recebimento provisório.
- 7.1.18. Manter, em território nacional, escritório de representação durante toda a vigência da garantia.

## 8. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 8.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

## 9. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 9.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na contratação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## 10. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 10.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- 10.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.
- 10.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 10.3. O representante da Administração anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

## 11. DO PAGAMENTO

- 11.1. O pagamento será realizado em parcela única, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 11.1.1. Para empresa estrangeira o pagamento será realizado de acordo com as diretrizes da Política Monetária e do Comércio Exterior, após apresentação das faturas, considerando-se especialmente o atendimento ao disposto pelo caput e §3º do art. 42 da Lei nº 8.666, de 1993, a Lei nº 4.320, de 1964, a Lei nº 10.192, de 2001, c/c Decreto-lei nº 857, de 1969, na seguinte forma:

I - PARA O CASO DE PROPOSTA DE PREÇOS EM MOEDA ESTRANGEIRA (Dólar Americano ou Euro), após o desembaraço aduaneiro, obedecido ao preceituado em contrato, mediante a abertura de crédito documentário irrevogável e irretroatável no banco emissor (*issuing bank*) Banco do Brasil S/A, em valor correspondente em dólares dos Estados Unidos ou Euros, considerado como proposta de preços aceita e precificada na pró-forma (*proform invoice*), em obediência ao disposto na Lei nº 4.320/64; na Lei nº 10.192/2001 c/c Decreto-lei nº 857/69, adotando-se as Regras de Usos Uniformes sobre Créditos Documentários (UCP 600), aprovadas pela Câmara Internacional de Comércio—CIC, c/c as Regras Uniformes para Reembolsos Bancários, amparados em créditos documentários, sendo que:

- a) Terá o Departamento de Polícia Rodoviária Federal como tomador (*applicant*).
- b) Terá a contratada como beneficiária (*beneficiary*).
- c) O banco notificador (*advising bank*) no exterior será estabelecido pelo Banco do Brasil S/A em conformidade com o país-sede da contratada.
- d) O banco negociador (*negotiation bank*) responsável pelo pagamento no exterior será estabelecido pelo Banco do Brasil S/A em conformidade com o país-sede da contratada.
- e) O exame da documentação exigida e entregue pela contratada ao banco será realizada em até 21 (vinte e um) dias bancários (*banking days*).
- f) O crédito documentário será efetuado na modalidade confirmado, irrevogável e intransferível.
- g) A validade do crédito documentário será suficiente para cobertura do prazo de execução definido no Projeto Básico.

11.2. Não haverá atesto e consequente pagamento no caso de apresentação de equipamento divergente do objeto especificado.

11.3. A(s) fatura(s) pró-forma (*proform invoice*) deverá ser encaminhada para a Divisão de Contratações do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, no endereço da Sede do Departamento de Polícia Rodoviária Federal situada no SPO, Quadra 3, Lote 5, Complexo Sede da Polícia Rodoviária Federal - PRF, Asa Sul – Brasília- DF, CEP 70.610-200, para fins de pedido de abertura de crédito documentário.

11.4. As despesas referentes à abertura da carta de crédito documentário junto ao Banco do Brasil será por conta da CONTRATADA, sendo que, se ocorrerem emendas ao crédito documentário, por incorreções nas informações prestadas pela contratada, os custos serão por sua conta e risco.

11.5. Todas as operações financeiras serão efetivadas por meio do Banco do Brasil S/A, sob ordem do Departamento de Polícia Rodoviária Federal.

11.6. O efetivo pagamento e liquidação serão considerados, PARA O CASO DE OPÇÃO DE CRÉDITO BANCÁRIO, com o depósito dos valores devidos pela Contratante em conta bancária do CONTRATADO;

11.7. PARA O CASO DE OPÇÃO DE CARTA DE CRÉDITO, o efetivo pagamento e liquidação serão considerados com a autorização para o banco garantidor efetivar o pagamento ao beneficiário.

11.8. O pagamento será suspenso até manifestação favorável do Banco Central do Brasil – Departamento de Combate a Ilícitos Financeiros e Supervisão de Câmbio e Capitais Internacionais, havendo indícios de casos na relacionados na Circular 3.691, de 16/12/2013.

11.9. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas para a contratação.

11.9.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 15 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

11.9.2. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

11.9.3. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

11.9.4. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

11.9.5. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF.

11.9.6. No caso da Contratada estrangeira, toda a documentação equivalente apresentada na fase de habilitação deverá ter validade quando da realização do pagamento ou apresentação de documentação comprobatória da manutenção das condições de habilitação.

11.10. Na hipótese de atraso do pagamento atribuível à contratada estrangeira por execução do objeto, com proposta em moeda estrangeira, as despesas referentes à renovação ou prorrogação do crédito documentário junto ao Banco do Brasil S/A, inclusive as referentes ao incremento da taxa cambial, no período de adimplemento, serão de sua responsabilidade.

11.11. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)$

$I = \left( \frac{6}{100} \right)$

365

$I = 0,00016438$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

11.12. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária, quando for o caso.

11.13. Caso haja multa por inadimplemento contratual, serão adotados os seguintes procedimentos:

11.13.1. A multa será descontada da garantia do respectivo contratado, caso tenha sido exigida, e se o valor da mesma for superior ao da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração.

11.13.2. Se o valor da multa for superior ao valor devido pelo fornecimento do objeto licitado, responderá a Contratada pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração, ou ainda, quando for o caso, descontado da garantia contratual.

## 12. DO REAJUSTE

12.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

## 13. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

13.1. O adjudicatário, no prazo de 15 (quinze) dias após a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, prestará garantia no valor correspondente a 5 (cinco) por cento do valor do Contrato, que será liberada de acordo com as condições previstas neste instrumento, conforme disposto no art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, desde que cumpridas as obrigações contratuais.

13.2. Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

13.2.1. caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

13.2.2. seguro-garantia;

13.2.3. fiança bancária.

13.3. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, na Caixa Econômica Federal, com correção monetária, em favor do contratante.

13.4. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.

13.5. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

13.6. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

13.7. A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a execução do contrato e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente. (artigo 56, §4º da Lei nº 8666/93).

## 14. A GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS

14.1. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 10 (dez) anos, detalhados no subitem abaixo, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto. (Justificar a exigência de garantia e o prazo estabelecido).

14.1.1. A Garantia no ferrolho, cano e armação da pistola por um mínimo de 40.000 cartuchos disparados ou 10 anos, com munição original de fábrica manufaturada de acordo com as normas CIP - *Comission Internationale permanente pour l'épreuve des armes à feu portatives* e SAAMI - *Sporting Arms and Ammunition Manufacturers' Institute* e que tiveram a sua manutenção feita de acordo com o curso de armeiro que deverá ser oferecido gratuitamente pela contratada, para servidores designados pela contratante, para que seja efetuado nas dependências da contratante.

14.2. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

14.3. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pela própria Contratada, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

14.4. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

14.5. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

14.6. Uma vez notificada, a Contratada realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pela Contratada ou pela assistência técnica autorizada.

14.7. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da Contratada, aceita pelo Contratante.

14.8. Na hipótese do subitem acima, a Contratada deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

14.9. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pela Contratada, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir da Contratada o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

14.10. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade da Contratada.

14.11. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

## 15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

15.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

15.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

15.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

- 15.1.4. comportar-se de modo inidôneo;
- 15.1.5. cometer fraude fiscal;
- 15.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- 15.2.1. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- 15.2.2. multa moratória de 0,2 % por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta) dias;
- 15.2.3. multa compensatória de 20 % (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 15.2.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 15.2.5. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 15.2.6. impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
- 15.2.6.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 15.1 deste instrumento.
- 15.2.7. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 15.3. As sanções previstas nos subitens 15.2.1, 15.2.5, 15.2.6 e 15.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 15.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 15.4.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 15.4.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da contratação;
- 15.4.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 15.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 15.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 15.7. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 15.7.1. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 15.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 15.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 15.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 15.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 15.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
16. **ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS**
- 16.1. O custo estimado da contratação é de:

Item	Descrição	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	GLOCK G17 Gen5 (Cal. 9x19mm)	3608	US\$ 450,00	US\$ 1.623.600,00
2	GLOCK G26 Gen5 (cal. 9mm)	500	US\$ 450,00	US\$ 225.000,00
3	GLOCK 17 PRATICE - G17P - Gen 5	650	US\$ 450,00	US\$ 292.500,00
<b>VALOR TOTAL</b>				<b>US\$ 2.141.100,00</b>

17. **DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

- 17.1. O recurso para aquisição de armamento será definido pela DECO, de acordo com o código de controle do planejamento orçamentário da PRF.
- 17.2. Observar o Decreto nº 7212/2010, em seu art. 51, inciso XXIX, referente à isenção de IPI (imposto sobre produtos industrializados) quando da aquisição de armas e munições para órgãos de segurança pública da União e legislações correspondentes.

18. **DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA**

- 18.1. A proposta deverá ser grafada em Língua Portuguesa ou traduzida para o vernáculo nacional por tradutor público juramentado, na forma do art. 224 do Código Civil Brasileiro e dos artigos 156 e 157 do Código de Processo Civil Brasileiro, sob pena de recusa; a proposta deverá ainda ser apresentada sem alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas; suas folhas devem estar numeradas sequencialmente e rubricadas, e a última deverá estar assinada pelo representante legal da licitante; no caso de cópia(s) a(s) mesma(s) deverá(ão) estar autenticada(s) por cartório competente ou conferida(s) por servidor da PRF, devendo ainda:

18.1.1. Conter o nome da proponente, razão social, endereço completo, números do CNPJ e da Inscrição Estadual ou Distrital, ou equivalentes no país de origem, telefone, fax (se houver) e endereço eletrônico (e-mail) e também:

a) Informações para emissão de crédito documentário pelo banco emissor (issuing bank) Banco do Brasil S/A no Brasil, sendo que o Beneficiário (beneficiary) será, obrigatoriamente, a licitante participante do certame.

18.1.2. Conter preço total e unitário do item cotado, em REAL (R\$), DÓLAR NORTE AMERICANO (US\$) ou EURO, o qual deverá ser indicado em algarismos arábicos e por extenso, prevalecendo em caso de divergências entre os valores, a indicação por extenso.

18.1.3. Para bens oferecidos DO EXTERIOR (através de importação direta em nome do próprio – União/Departamento de Polícia Rodoviária Federal, com amparo na Lei Federal nº 8.032, de 12 abril 1.990, que concede os benefícios fiscais, e demais legislações vigentes), a proposta deverá apresentar o preço unitário e o preço total do item em moeda nacional (REAL), DÓLAR dos E.U.A (USD ou US\$) ou EURO, devendo apresentar planilha de formação de preços, cotando os equipamentos na modalidade para importação INCOTERM 2010 – DAP, ENTREGUE NO LOCAL (local de destino nomeado), DELIVERED AT PLACE (*named place of destination*), com todos os custos pertinentes até o destino final indicado neste Projeto Básico, identificando separadamente os seguintes componentes:

18.1.3.1. Preço Unitário da Mercadoria, à disposição do comprador no porto brasileiro, sem estar desembaraçada e sem descarregamento do veículo transportador.

18.1.3.2. Custo Unitário do Desembarço de importação, incluídos os valores relativos à descarga, manuseio e armazenagem no terminal de carga, taxas portuárias, licenças de importação, etc., além do custo referente à contratação e pagamento dos honorários da empresa Comissária de Despacho Aduaneiro, discriminando-os.

18.1.3.3. Valor Aduaneiro: apurado na forma prevista no Acordo Sobre a Implementação do Artigo VII do GATT (Acordo de Valoração Aduaneira - AVA-GATT), aprovado pelo Decreto Legislativo nº 30/94, promulgado pelo Decreto Executivo nº 1.355/94 e disciplinado pela Instrução Normativa SRF nº 327, de 9 de maio de 2003.

18.1.3.4. Custo Unitário do Transporte Doméstico, seguro, descarregamento no local da entrega e outros, incidentes sobre a entrega dos equipamentos no destino final no Brasil, conforme este Projeto Básico discriminando-os.

18.1.3.5. O Preço Unitário DAP (Entregue no Local), incluídos todos os riscos e custos relativos ao transporte e entrega da mercadoria no local de destino designado; o valor deve ser igual ao Preço Unitário da Mercadoria, acrescido do custo do desembarço de importação, de encargos e dos custos de transporte doméstico e outros incidentes.

18.1.3.6. Custo de Serviços Decorrentes, tais como: treinamentos, fornecimento de ferramentas necessárias para a montagem e manutenção; fornecimento de manuais detalhados de operação e manutenção, com tradução em português (brasileiro); aluguel salas de aula e de estandes de tiro, entre outros, discriminando-os.

18.1.3.7. Custo dos Serviços de Garantia e Assistência Técnica, tais como: manutenção preventiva e corretiva, assistência técnica no Brasil, incluindo peças de reposição e acessórios durante o período de garantia, dentre outros, discriminando-os.

18.1.4. A responsabilidade pela escolha, contratação e pagamento dos honorários da empresa Comissária de Despacho Aduaneiro ("Despachante"), que prestará assistência à PRF no desembarço, correrá exclusivamente por conta, risco e responsabilidade da empresa que representar o(s) proponente(s) estrangeiro(s) no Brasil.

18.1.5. O preço proposto deverá considerar incidências ou isenções (imunidades) de todos os custos do processo de importação, tais como: despesas de armazenagem, AFRMM, transporte rodoviário em regime de DTA e DI, embalagem, seguro internacional, todos os tributos, encargos sociais, frete até o destino, desembarço aduaneiro e quaisquer outros ônus que porventura possa recair sobre o processo de importação, até a efetiva entrega prevista neste Projeto Básico, sem nenhum ônus adicional para a Contratante.

18.1.5.1. Os custos do depósito alfandegário, e por eventuais trânsitos aduaneiros ou trânsito com a mercadoria já nacionalizada decorrentes da chegada dos equipamentos em outra localidade, serão de responsabilidade da Contratada.

18.1.5.2. Os valores deverão ser considerados tendo como destino final o Aeroporto Internacional Juscelino Kubitschek, em Brasília-DF.

18.1.5.3. Os preços cotados são fixos e irrevogáveis na respectiva moeda de cotação.

18.1.6. Apresentar no seu corpo ou em documento próprio as seguintes declarações e apresentação do que se pede:

a) Prazo de validade da proposta de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, contados da data da apresentação das propostas.

b) Descrição do item cotado, com todas as suas características e especificações, bem como com a indicação do país fabricante, da marca, modelo e a referência, as quais deverão atender as características mínimas exigidas pela Administração contidas neste Projeto Básico.

c) Declaração expressa de que os preços ofertados englobam as despesas com material, mão de obra, encargos sociais, trabalhistas, fiscais, previdenciários e comerciais, fretes, transportes, seguros, embalagens, tributos incidentes, isenções (imunidades), treinamento de pessoal e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto desta contratação.

d) Declaração de ciência de que a omissão de qualquer despesa ou custo necessário à perfeita execução do objeto desta contratação será interpretada como não existente ou já incluída nos preços, não podendo a licitante pleitear quaisquer acréscimos após a entrega da proposta.

e) Declaração de que a proposta apresentada atende integralmente às especificações e condições estabelecidas neste Projeto Básico.

f) Declaração de cumprimento dos prazos de entrega dos equipamentos, se comprometendo a atender as definições constantes neste Projeto Básico.

18.1.7. A empresa contratada não arcará, em seus custos, com: o Imposto de Importação – II, nos termos da alínea "a" do inc. I do art. 2º da Lei nº 8.032/90, c/c inc. IV do art. 1º da Lei nº 8.402/92 e alínea "a" do inc. I do art. 135 do Decreto nº 4.543/2002, o Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, nos termos do art. 12 da Lei nº 9.493/97 c/c inc. XXIX do art. 51 do Decreto nº 4.544/2002, Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, nos termos do Princípio da Imunidade Recíproca, alínea "a" do inc. IV do art. 150 c/c com a Não Cumulatividade prevista pelo inc. I do §2º do art. 155, ambos da Constituição da República Federativa do Brasil, de Convênios entre os entes federativos e a União e Resoluções do CONFAZ, PIS e do COFINS, modalidade de importação, nos termos da alínea "a" do inc. I do art. 9º da Lei nº 10.865/2004, a Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público incidentes na Importação de Produtos Estrangeiros ou Serviços (PIS/PASEP - Importação), a Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social devida pelo Importador de Bens Estrangeiros ou Serviços do Exterior (COFINS - Importação), o Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM e ao Fundo da Marinha Mercante - FMM, nos termos da alínea "d" do inc. V do art. 5º do Decreto-lei nº 2.404/87, com redação dada pela lei nº 10.206/2001, no caso de transporte em que o modal seja navegação, que possam ser aplicados por ocasião da entrada no Brasil do objeto da contratação, em virtude

do mesmo ser importado pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal. Entretanto, deve se responsabilizar por eventuais trânsitos aduaneiros ou trânsito com a mercadoria já nacionalizada, decorrentes da chegada dos equipamentos em outra localidade.

18.1.8. A terceira casa decimal, eventualmente constante da proposta, será desconsiderada.

18.1.9. As propostas com bens ofertados DENTRO DO BRASIL (nacional(is) ou nacionalizado(s)), deverão apresentar declaração expressa de que os equipamentos são isentos de IPI, conforme Lei nº 8.032, de 12 abr. 1990.

18.2. A empresa deverá optar por única moeda para composição da cotação (REAL,DÓLAR dos E.U.A ou EURO), não sendo admitida a apresentação de proposta contendo moedas diversas.

18.3. A proposta deverá contemplar a quantidade total para o objeto definido neste Projeto Básico, sendo recusada a proposta que ofertar quantidades inferiores.

18.4. Será da exclusiva e total responsabilidade da licitante obter, dos órgãos competentes, seja no exterior, seja no Brasil, informações sobre a incidência ou não de tributos, impostos e taxas de qualquer natureza devidas para o fornecimento do objeto desta contratação, nos mercados interno e/ou externo, considerando os respectivos gravames nas suas propostas, não se admitindo alegação de desconhecimento de incidência tributária ou outras correlatas.

18.5. Para a elaboração da sua proposta, a empresa interessada deverá pautar-se pelas exigências deste Projeto Básico, comprometendo-se a atender ao objeto desta aquisição.

18.6. A empresa Contratada deverá considerar ainda:

18.6.1. Importador: UNIÃO/Departamento de Polícia Rodoviária Federal.

18.6.2. Os custos do depósito alfandegário do Aeroporto Internacional de Brasília – Distrito Federal - Brasil – Terminal de Cargas – TECA/INFRAERO no Distrito Federal – Brasil, como destino alfandegário na zona primária, será de responsabilidade do licitante por eventuais trânsitos aduaneiros, ou trânsito com a mercadoria já nacionalizada, decorrentes da chegada dos equipamentos em outra localidade.

18.7. A proposta de preços apresentada e considerada para efeito de contratação será de **exclusiva e total responsabilidade da empresa a ser contratada**, inclusive quanto à consideração de isenções (imunidades) ou incidências de custos, seguros, frete, montagem, garantia, assistência técnica no Brasil, responsabilidade técnica, transporte, tributos, impostos, contribuições fiscais, contribuições para fiscais, taxas SISCOMEX, de companhia aérea, do RADAR, da licença de importação, de desembaraço aduaneiro, de armazenagem alfandegária, capatazia, de despesas aeroportuárias e outras que se fizerem necessárias), custos com o manuseio de carga, inclusive, porventura, com serviços de terceiros ou mão de obra, devidos no país de origem ou no Brasil, conforme o caso, treinamentos e outros custos que venham a incidir direta ou indiretamente no objeto licitado.

18.7.1. Qualquer tributo, custo ou despesa, direto ou indireto, relacionado com o fornecimento do objeto da presente contratação, omitido ou incorretamente cotado na proposta será considerado como incluso no preço, não sendo possível pleitear acréscimos sob esse argumento.

18.8. Para representar o contratado estrangeiro, o seu representante deverá estar munido de credencial que se for noutro idioma que não o português, tenha o visto do consulado respectivo e seja traduzido por tradutor juramentado, na forma da legislação pertinente.

FRANCISCO RODRIGUES DE OLIVEIRA NETO	PETRONILIO ROCHA NETO
Integrante da Equipe de Planejamento	Integrante da Equipe de Planejamento

Aprovo o Presente Projeto Básico,

MURILO CANGUSSU CAVALCANTE  
Diretor de Administração e Logística

Portaria 273, publicada no DOU de 27 de maio de 2020

(subd. comp.: art. 7º, X da portaria nº 77, de 17 de janeiro de 2020, c/c art. 4º, VIII e IX, §1º da IN PRF nº 20 de 26 de outubro de 2020)



Documento assinado eletronicamente por **MURILO CANGUSSU CAVALCANTE, Policial Rodoviário(a) Federal**, em 24/12/2020, às 14:35, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO RODRIGUES DE OLIVEIRA NETO, Coordenador(a) de Prospecção e Padronização de Produtos**, em 25/12/2020, às 12:07, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.



Documento assinado eletronicamente por **PETRONILIO ROCHA NETO, Policial Rodoviário(a) Federal**, em 31/12/2020, às 08:41, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.prf.gov.br/verificar>, informando o código verificador **29681001** e o código CRC **38638686**.

SPO, Quadra 3, Lote 5 - Complexo Sede da PRF - Bairro Setor Policial Sul, Brasília / DF, CEP 70610-909 Telefone: - E-mail:



Referência: Processo nº 08650.022622/2020-06



SEI nº 29681001